

***“Sou daqui, da Caieira da Barra do Sul”:
espaço e parentesco como definidores de pertença entre os
nativos de uma comunidade ao sul do Brasil***

Raquel Wiggers¹
raqwig@hotmail.com

Apresentação da Questão

Na pesquisa de campo para meu doutoramento busquei elementos que me permitissem analisar as noções de pertença e não-pertença a partir das percepções dos diferentes sujeitos que se mantêm em relação no bairro da Caieira da Barra do Sul (Florianópolis, SC – Brasil). Centrei-me na pertença porque é uma importante questão para os moradores do bairro, que tratam-no como um lugar de referencia na vida, além de ser um local para se voltar depois de se ter passado anos longe. Pude

¹ A autora é doutoranda em ciências sociais na UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.

perceber também que o parentesco e o espaço foram fundamentais na composição deste forte sentimento de pertença constatado entre os moradores nativos da Caieira da Barra do Sul.

O Bairro Caieira da Barra do Sul

Caieira da Barra do Sul é um bairro de Florianópolis, localizado as margens da baía que se forma entre a ilha e o continente, no sul da Ilha de Santa Catarina (Brasil). Ele guarda algumas características de sua colonização por famílias provenientes das Ilhas dos Açores ocorrida no fim do séc XIX. Até poucos anos atrás a principal atividade econômica das famílias residentes no bairro era a pesca e o cultivo da terra. Devido à distância de aproximadamente 30 km entre o bairro e o centro de Florianópolis – capital do Estado de Santa Catarina – e porque o acesso apenas era possível por mar ou por uma trilha no mato, naquela praia desenvolveu-se uma comunidade relativamente isolada das regiões urbanizadas da cidade.

Em 1975 uma estrada foi aberta, que favoreceu a integração entre moradores nativos e pessoas provenientes de diversos outros lugares da cidade, do Brasil e do mundo, que buscaram o bairro para morar e, em sua maioria, para construir suas casas de veraneio. Foi a abertura da estrada que trouxe novos moradores, permanentes ou sazonais, que através da compra de terrenos das famílias nativas, estabeleceram um novo tipo de relação que favoreceu o contato daquela população com elementos da urbanidade, e promoveu a aceleração de um processo de modificações econômicas, sociais e culturais importantes para a dinâmica social da comunidade. Assim, com o acesso à cidade facilitado, os moradores nativos foram deixando de ser agricultores e passaram a se dedicar à prestação de serviços nas áreas centrais da cidade e nas casas do bairro pertencentes aos moradores “de fora”, tornando-se assalariados.

Existe na Caieira da Barra do Sul um total aproximado de 220 casas, sendo 140 delas de moradores não sazonais e que denominei moradores nativos. Elas estão dispostas em aproximadamente 40 conjuntos residenciais em que cada um deles tem de duas a seis habitações. Nestes conjuntos residenciais moram famílias nucleares ligadas por relação de parentesco, cada uma em sua residência. A maior parte delas é do lado de cima da estrada, e podem ser de madeira, de alvenaria do tempo da colonização, de alvenaria recém construída, grandes e pequenas, bem e mal

conservadas. Quando têm muros eles não são altos, e na maior parte destas casas os quintais são abertos para qualquer um que deseje entrar. Outras 70 são casas de veraneio, que em sua maioria são casas grandes, de alvenaria, com o quintal gramado e geralmente muito bem cuidados, localizados principalmente no lado de baixo da estrada, bem próximos do mar, esses terrenos nunca têm mais que 50 metros de comprimento, e em muitos casos a casa ocupa todo o pequeno espaço entre a estrada e a areia da praia. Estas casas ficam fechadas durante quase todo o ano, e seus proprietários frequentam-nas nos meses de verão e esporadicamente nos fins de semana dos outros meses do ano. Alguns ex-moradores ou filhos de antigos moradores nativos do bairro ao receberem por herança um terreno na Caieira, também construíram ali suas casas de praia, outros compraram um lote com esta finalidade. Existe também outro tipo de casa que pertencem a novos moradores não sazonais da Caieira da Barra do Sul, há umas 10 destas no bairro, e caracterizam-se por serem bem grandes, de alvenaria, muito bem cuidadas, e que se distinguem das casas de praia por serem habitadas durante todo o ano.

Além das casas, no bairro há também um mercadinho, que funciona também como bar em que os homens se encontram para jogar dominó e beber, um outro bar que serve além de bebidas, lanches e salgadinhos, e quatro outros bares, sendo que dois deles raramente abrem suas portas. Tem também um posto de saúde e uma creche da prefeitura, ambos no mesmo terreno cercado por um muro, três estacionamentos, que são cuidados pelos nativos em seus próprios terrenos, e dois postos de aluguel de barcos para transporte de pessoas e cargas até a praia dos naufragados, e também para passeios e pescarias nas ilhotas próximas. Na Caieira não têm farmácia, supermercado (a farmácia mais próxima fica há vinte quilômetros e o mercado há quinze), padaria, lojas, restaurantes, hotel, nem outros estabelecimentos deste tipo, a estrada não tem pavimentação, sendo de chão batido nos últimos cinco quilômetros.

Moradores e Frequentadores: Classificação das pessoas

Apesar da distância entre o bairro e o centro de Florianópolis ser grande, tornando mais difícil o trânsito dos moradores neste sentido, não é possível considerar a Caieira da Barra do Sul como um lugar isolado socialmente, que teve pouca influência externa durante anos e anos, mesmo que seja a visão predominante sobre esta e outras comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina. Sempre

houve muito trânsito de pessoas entre as comunidades próximas, e deste resultaram casamentos, festas, nascimentos, mortes que uniram e reuniram as pessoas provenientes de diversos lugares.

Depois que os terrenos foram divididos em duas partes pela abertura da rodovia, seus proprietários venderam a parte próxima da praia para gente “de fora” que pretendiam construir suas casas de veraneio. Para estes antigos proprietários estas partes próximas da praia não eram as mais valorizadas, porque geralmente não se plantava nelas, e também porque o uso que costumavam fazer da praia não tem o caráter lúdico que tem para os veranistas. Praia para esses moradores mais antigos serve para pesca, limpar peixes, consertar redes, coisa que puderam continuar fazendo sem serem proprietários dos terrenos a beira-mar, uma vez que todas as praias contam com um acesso público.

Vender e comprar terras no bairro sempre foi comum entre os moradores nativos da Caieira, fazendo os terrenos mudarem de mãos e terem seus limites re-arranjados de tempos em tempos, tornando-os relativamente maleáveis. Muitas famílias de moradores nativos continuaram com grandes terrenos de suas propriedades, para o “lado de cima da estrada”, cultivando-os, mas com o passar do tempo com menos intensidade uma vez que muitos deles buscaram trabalhos na cidade ou mesmo como caseiros nas casas de praia do bairro. Neste movimento as roças foram sendo abandonadas e tornou-se mato, que passou a ser considerado mata nativa e neste processo foi ficando sujeito às legislações de proteção ambiental, principalmente por serem área de entorno da reserva da Serra do Tabuleiro, que engloba os morros e a praia dos Naufragados no extremo sul.

Assim, o movimento que trouxe os veranistas para o bairro e os colocaram em relação com as pessoas da Caieira, foi novo por ter inaugurado um tipo de relação, entre pessoas de origens bem diferentes. Entraram em contato intenso os moradores nativos do bairro e moradores de regiões urbanizadas, e podemos dizer que as diferenças mais marcantes entre estes dois tipos de pessoas são os valores morais e estéticos que cada um compartilha. Enquanto os primeiros têm suas vidas regidas por um conjunto de valores comuns às pequenas comunidades rurais da região costeira do sul de Santa Catarina, os moradores das regiões urbanizadas que têm seus valores associados aos das classes médias urbanas, com padrões de consumo distintos e valorização da individualidade. Os moradores e veranistas “de fora” constroem suas narrativas sobre sua relação com o lugar que escolheram para viver ou passar as férias, baseados principalmente em aspectos que os remetem ao futuro, à qualidade de vida e ao lazer. A tranquilidade e a preservação ambiental foram os argumentos usados por todos os entrevistados para morarem no bairro ou terem ali uma casa. Enquanto os “de fora” voltam-se para o

futuro e para valores compartilhados por segmentos das classes médias urbanas, como a qualidade de vida, os “daqui” voltam-se para os antepassados e para questões territoriais, como o conjunto de residências em que nasceu, a casa em que foi criado. No entanto a relação estabelecida entre ambos é essencial para a configuração da pertença dos moradores nativos, já que é um “outro” que se contrapõe ao “nós” em convívio próximo.

Alguns conceitos freqüentemente apareceram nas conversas com moradores e freqüentadores do bairro, entre eles: nativo, daqui, de fora, de praia, morador. As noções de “nativo” e “daqui” são semelhantes, dizem respeito às pessoas que nasceram na Caieira e passaram a primeira fase da infância em alguma das casas do bairro. As pessoas “de fora” são aquelas que não nasceram nem foram criados no bairro, e não têm algum de seus parentes próximos morando nele, para que haja uma forte associação com a casa deles; moradores são aqueles que residem permanentemente no bairro, e podem ser nativos ou não, e por fim, “os de praia” são aqueles que freqüentam o bairro sazonalmente e com regularidade, vem todos os anos durante os meses de verão.

Há uma combinação variada destes elementos, é possível dizer que existem “nativos” moradores, nativos “de praia”, nativos que não moram na Caieira, existem moradores “de fora”, trabalhadores do lugar “de fora”, de praia “de fora”, bem como há nativos que foram criados longe e vieram morar só depois de adultos. Esta é uma elaboração provisória, que nos permite um panorama geral dos tipos que convivem no bairro, mas que também nos possibilitam ver a dimensão da complexidade das formas que assumem as relações estabelecidas.

Os proprietários de casas de praia geralmente “não são daqui”, vieram de outros lugares e passam um tempo na Caieira em busca de descanso, contato com a natureza, e a tranqüilidade do lugar. No entanto existem veranistas que são “daqui” e o tempo das férias de verão é o tempo de restabelecer as relações com parentes e vizinhos. Grande parte dos veranistas é “de fora”, mas outros moradores e freqüentadores da Caieira são classificados e se classificam como “de fora”, pessoas que nasceram e cresceram em outros locais e mudaram-se para o bairro por motivos variados. Alguns vieram morar na Caieira porque casaram com alguém “daqui” que era proprietário de uma casa ou terreno no bairro; outros vieram para trabalhar em alguma propriedade rural e ficaram, criaram os filhos que nasceram “aqui”, e moram até hoje; outros ainda vêm trabalhar todos os dias nos barcos que levam os turistas para passeios e para os Naufragados; uma família veio de São Paulo porque o pai foi contratado como construtor de uma casa na Caieira. Inúmeros são os motivos dos que “não são daqui” para virem e

continuarem morando ou freqüentando o bairro. Estas pessoas mesmo mantendo relações próximas e entrando nas redes de vizinhança, amizade e/ou parentesco, continuam sendo “de fora”. Ser daqui e de fora não marca a priori um antagonismo, mas é uma classificação necessária que é acionada a todo instante como a primeira característica de uma pessoa.

Muitos destes novos moradores entram nas redes de aliança existentes no bairro, e a forma mais usual é o casamento entre alguém de fora com alguém daqui e os filhos, frutos destas uniões, são classificados como “daqui”. Outros moradores não entram nunca nestas redes, e tanto estes como os aqueles que entram nas redes de afinidade são considerados sempre como dos “de fora”, independentemente das relações serem amigáveis ou não. Ser de fora não carrega em si a impossibilidade de estabelecer com os “daqui” relações amigáveis de vizinhança ou parentesco, não cria por si só uma distância simbólica entre “nativos” e “estranhos”, da forma como descreve Elias em seu trabalho sobre os estabelecidos e outsiders (Elias, 2000). Ser de fora nos casos estudados serve mais como uma constatação de que o sujeito não está relacionado com uma casa desde criança.

Por sua vez, os moradores nativos são, em sua maioria, descendentes de famílias cujos membros nasceram e cresceram no bairro desde várias gerações, são classificados e se classificam como “daqui”. As pessoas que nasceram e cresceram no bairro e depois de adolescentes e/ou adultos foram morar em outros lugares, podem manter sua pertença ao lugar onde nasceram desde que atualizem as relações constantemente. Temos ainda situações em que alguém que não nasceu no bairro é classificado como pertencendo a ele, o exemplo do neto da Nenê é ilustrativo, o rapaz hoje com 17 anos nasceu em outro bairro, já que sua mãe mudou-se da Caieira ao casar, no entanto ela nunca rompeu os laços com a casa de sua bisavó. Ele passa todos os fins de semana na Caieira, ajuda os tios no trabalho com os barcos, e participa das atividades promovidas pelo grupo de jovens na igreja. Como dizem: “Ele é daqui”.

Temos casos em que alguém que raramente freqüenta o bairro pode ser considerado pelos moradores como “daqui” enquanto alguém que nunca sai é “de fora”. Alguém poderia perguntar, que novidade há nisso? Todos costumam se identificar com um lugar e dizer que é de tal cidade ou tal bairro. O que acontece na Caieira e que acredito merecer uma atenção especial é o valor que a pertença daqueles que vivem longe do bairro assume para os moradores e para eles próprios. Constantemente estes sujeitos atualizam suas ligações com os lugares praticados por sua família, as unidades de co-residências onde cresceram, as casas que foram importantes para seus parentes, os amigos e vizinhos.

A pertença é atualizada com frequência, seja quando participam das atividades sociais da comunidade, como bailes e bingos, ou quando voltam para morar na Caieira depois de aposentados, ou quando constroem suas casas de veraneio “aqui”. A Caieira é um lugar para se voltar, é um lugar de referencia na vida, mesmo que tenha sido vivida a maior parte do tempo em outros lugares. Isto faz que não seja possível classificar todos os veranistas como “de fora”, ou afirmar que compartilham com as classes médias urbanas seus valores sobre trabalho, descanso e natureza.

Concepção Nativa de Casa

Ao desenhar um mapa do bairro algumas questões foram esclarecidas. Visitar o bairro, caminhar pela estrada e pelas praias, entrar nas casas e conversar com as pessoas, rascunhar partes de mapas, por dois meses não foram suficientes para me dar subsídios para desenhar um mapa da Caieira da Barra do Sul que representasse a distribuição sócio-espacial do lugar. Foram duas experiências de campo em particular que me fizeram refletir sobre como se estabelecem as relações entre moradores da Caieira.

Na primeira delas, Alessandra depois de conversar comigo algum tempo diz que quem pode ajudar em minha pesquisa é sua avó e me recomenda procura-la em sua casa. Pensa um pouco, conta mentalmente e diz que dona Ceci mora cinco casas depois da igreja. Alguns dias depois vou a busca da casa da avó de Alessandra, chego na igreja, conto as casas e bato palmas na frente daquela que pensei ser de dona Ceci. No entanto quem atende meu chamado diz que quem eu procuro mora “mais ali embaixo” duas casas a seguir, conto duas casas e novamente não era a casa procurada. E assim, eu bati em três portas até que cheguei na casa da avó de Alessandra.

O que poderia ser interpretado como um erro da pesquisadora, na realidade aponta para noções diferentes do que seria uma casa. Em minha concepção de casa, cada residência, ou seja, cada imóvel, é contado como uma unidade, e assim casa corresponde a cada uma destas unidades. A noção de casa de Alessandra, que é compartilhada pelos moradores nativos do bairro da Caieira da Barra do Sul, é um tanto diferente. Uma casa para ela engloba um conjunto de habitações, que contam com duas delas ou mais, e o terreno em que elas foram construídas, os limites destes terrenos são os limites de uma casa.

Uma casa é um conjunto residencial composto por (1) várias residências, onde (2) moram principalmente pessoas de uma mesma família de (3) gerações diferentes. Quando o pai (e/ou a mãe) ou o avô (e/ou avó) é proprietário do terreno onde mora, ou de parte dele, os filhos e netos, ao casar ou para casar, podem receber autorização para construir ali as suas habitações. Este dono da casa, mesmo que não tenha poder absoluto de decisão sobre a propriedade, tem função de aglutinar a família em torno de si e da casa. Assim, a casa é composta por habitações onde reside o dono mais velho (homem ou mulher), e seus filhos e netos casados com seus respectivos cônjuges e filhos solteiros, cada família nuclear em uma habitação separada, e que, no entanto, são construídas próximas uma das outras.

A casa agrupa pessoas que estão relacionadas entre si por relações familiares próximas e aqueles que fazem parte da família por relações de afinidade (no caso os cônjuges dos filhos). Nem todos que recebem permissão para construir sua habitação em uma CASA são da família nuclear, uma vez que podem receber autorização para construir um antigo empregado ou um filho de criação, ou o sogro de uma filha. Assim outras pessoas, que não apenas os familiares próximos podem compor a casa de uma determinada família. Temos assim que uma CASA, apesar de poder ser, até certa medida, identificada com uma família, não pode ser por ela traduzida. Para Lévis-Strauss a CASA é distinta de família e, até certo ponto é possível afirmar o mesmo das Casas na Caieira, apesar de ambas estarem fortemente interligadas.

“Casa, diferente de família, também não coincide com a linhagem agnática, que às vezes é até destituída de base biológica e consiste em uma herança material e espiritual que compreende a dignidade, as origens, o parentesco, os nomes e os símbolos, a posição, o poder e a riqueza” (Lévis-Strauss, 1999:22).

Na Caieira da Barra do Sul a casa não é local de residência de todos os filhos casados do dono de uma propriedade, porque todos, depois que casam, podem escolher o lugar de moradia e tem total liberdade para decidir morar fora da unidade de residência dos pais. Suas opções são (a) morar na casa de seus sogros; (b) morar fora do bairro ou (c) alugar ou comprar uma habitação na Caieira separado do de seus pais ou sogros. Esta última possibilidade é apenas hipotética, porque nunca ouvi falar de que tal tipo de arranjo pudesse perdurar, e duas podem ser as explicações de ordem prática para tal ocorrência: a primeira é porque os terrenos no bairro são muito caros e os casais jovens não têm dinheiro para tal despesa, outra explicação dada é porque os terrenos de seus pais são grandes o

suficiente para construir suas casas nele. No entanto existem outras motivações de ordem simbólica que são muito mais importantes e que estão relacionadas com a necessidade de convívio dos membros da família extensa. O que pude constatar é que às peças casadas são dadas duas opções de escolha: (1) ou vão morar fora do bairro, (2) ou em uma residência construída na CASA dos pais de um deles. As situações de residência fora destas unidades são extremamente transitórias e excepcionais, e todos no bairro se mobilizam para que a situação logo se normalize, ajudando o casal na construção de sua casa no terreno dos pais.

As habitações construídas próximas favorecem as relações familiares cotidianas, tanto pela proximidade das residências quanto pela proximidade das relações sociais estabelecidas entre as pessoas que residem próximas. O contato entre o casal mais velho e seus filhos, seus genros e noras, e os netos, bem como entre os irmãos, cunhados, sobrinhos e primos são diários e intensos. As crianças são socializadas em uma grande família em que os primos convivem cotidianamente, muitas vezes sendo cuidados pela avó que se responsabiliza por eles enquanto as mães trabalham fora. A casa comporta diversas práticas que constroem a pessoa e marcam sua trajetória e sua pertença, entre elas o cuidado com as crianças, o cuidado com os idosos, a passagem entre as residências no caminho de sua própria habitação, as trocas alimentares. Não são apenas as relações entre membros da família extensa que são intensificadas, também entre famílias diferentes moradoras ou não da Caieira. Na casa convivem entre si os cônjuges dos diferentes filhos, e estes mantêm contato com suas famílias de origem. Isso possibilita que diversas famílias participem das redes de relações estabelecidas no bairro ou mesmo aquelas que se estendem para além do seu limite.

Assim, a casa favorece as relações e a convivência entre (1) gerações de uma mesma família, entre (2) pessoas de famílias diferentes e que são afins na casa em que escolheram morar, e também são (3) importantes na fundamentação da pertença daqueles que foram morar em outros bairros e que atualizam no convívio familiar que mantêm com as pessoas que vivem na sua casa de referência na Caieira da Barra do Sul. Como já foi colocado, é comum se ter pessoas que morem em outros bairros da cidade e que atualizam constantemente suas relações com as pessoas que moram na Caieira e com a sua casa de origem. Isto faz que compartilhem valores com os moradores nativos e que estejam integrados nas redes de sociabilidade do bairro. Além disso, o laço estabelecido com o lugar de nascimento e onde se passou a primeira infância é considerado dos mais estreitos, Dona Ceci me contou

que sua sobrinha precisa ir aos Naufragados toda semana, “ela tem precisão dos naufragados, diferente de seu irmão que não foi criado lá”.

A casa, que é a soma de várias partes, é delimitada fisicamente pela extensão do terreno de propriedade dos membros da família extensa que a compõem. Porém suas relações sociais vão além da dimensão espacial – e esta pode ser a chave para pensar nas casas como fundamental para pertença e fazer a ponte entre a questão espacial e a classificação das pessoas. Na noção nativa de casa existem elementos fundamentais para pensar sobre pertença à Caieira da Barra do Sul, entre eles a importância dos laços sociais estabelecidos nas casas na elaboração da concepção de pessoa entre os moradores nativos, e o fato de cada casa ter algumas características morais que são atribuídas e compartilhadas por seus moradores.

Casas e Lugares Praticados

A casa na Caieira é constituída temporalmente. Um mapa que fosse desenhado há 50 anos nos mostraria uma outra configuração sócio-espacial, que refletiria as relações sociais estabelecidas naquele período². Os terrenos são vivenciados, ancoram as práticas domésticas, são vendidos e comprados, doados e recebidos com alguma frequência, e são divididos ou agrupados pela compra/venda e pela herança, o que permite a mobilidade e transforma o lugar em espaço, um lugar praticado.

Assim, as CASAS da Caieira são a materialização da noção de *lugares praticados* desenvolvida por Certeau (1999). Para De Certeau lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, com esta noção se exclui a possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar. O lugar é a configuração instantânea de posições e implica uma indicação de estabilidade, algo imutável, fixo, imóvel. Assim, com estas características a noção de lugar perde sua utilidade de ferramenta conceitual para este trabalho. Por sua vez a noção de espaço permite variações e movimento, e mais importante: permite que se introduza a variável tempo na configuração espacial/territorial. Espaço é um cruzamento de móveis: existe quando se levam em conta vetores de direção,

² Apesar das propriedades passarem por diversas mãos, houve uma recorrência na manutenção do formato original dos terrenos: em tiras que começam na estrada e seguem morro acima ou até a praia.

velocidade e tempo. “É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. (...) Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidade contratuais” (Certeau, 1999:p202). Diferente do lugar, o espaço não tem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. “O espaço é um lugar praticado” (Certeau, 1999:p202).

Assim a rua geometricamente definida pelo urbanista é transformada em espaço pelos pedestres, os terrenos divididos e configurados por escrituras de propriedade, são transformados em espaço pelos moradores. Os lugares são praticados pela constante reformulação da memória e transformam-se em motivos para se formular e reformular as relações sociais constantemente atualizadas. Como coloca Merleau-Ponti (Certeau, 1999:p202) “o espaço é existencial” e a “existência é espacial”. “Existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas (Certeau, 1999:p202)”. Uma casa pode ancorar diferentes memórias dependendo da relação de parentesco que vigorou entre o narrador e quem vivenciou um determinado evento seja ele um casamento, uma morte, um parto. Usar o conceito de *lugar praticado* possibilita a introdução da variável de tempo na formulação da casa na Caieira.

Perguntar a meus informantes sobre terrenos, trilhas e casas e sobre seus moradores atuais e antigos fazia render as conversas sobre assuntos mais variados. Perguntar por um lugar rendia muitas histórias e diferentes narrativas. Era um tema que servia como uma chave para desencadear outros, que remetiam a acontecimentos passados, fundamentando a noção de pessoa atualmente. Santinha descreve seu casamento desde o encontro com o então futuro marido, o contrato, a festa, e sua vida de casada.

A narrativa em que Santinha descreve seu casamento foi acionada por minhas perguntas sobre a quem pertencia os terrenos ao lado do seu, “antigamente”, na geração de sua sogra. Santinha apontou para uma casa estilo açoriano, construída no período colonial, “um pouco mais abaixo no lado de cima da estrada”, e disse que aquela era a casa de seu sogro e sua sogra, que chamava-se Minervina. A casa de Minervina “englobava todos esses terrenos aqui. Onde eu moro agora era o engenho, e foi onde eu casei”. E começou a falar de seu casamento: “Eu me arrumei para o casamento naquela casa. Foi um festão. Eu vim subindo toda arrumada, um monte de gente junto, parecia uma festa. Era uma festa. Era o meu casamento”. Uma narrativa apaixonada, seus olhos brilhavam e ela sorria inteira. Estava linda. Contou e recontou de trás pra diante a história de seu casamento.

Ela considerou importante contar como seu casamento foi contratado e descreveu detalhadamente como ela e Hortêncio começaram a “se gostar”. Hortêncio era viúvo, tinha 33 anos e ela 17 e “começaram a se gostar” quando ela veio passar uns dias na casa de sua tia materna e madrinha de batismo. Foi esta tia que fez a ponte entre os futuros noivos. Santinha contou que dois dias antes do dia dois de maio, que é dia de festa de Santa cruz, várias moças e mulheres estavam numa prainha no início da Caieira escamando peixe e escalando. Ele chegou falando com a tia Teva, alto o suficiente para as moças ouvirem, fazendo galhofa. Santinha ficou quieta e não olhou para ele, diz que porque não tinha certeza que fosse com ela. Ele dizia que queria casar com uma moça, se tinha alguém ali que queria casar com ele. Queria casar com uma moça pantaneira, e ela era a única que morava no Pântano do Sul. Santinha de cabeça baixa não falou nada, tia Teva disse, ela quer sim, rindo de maneira galhofeira. Perguntou o que ele tinha no pacote, e ele mostrou um tecido para fazer uma roupa para ir na festa de Santa Cruz. Disse que não podia ir no baile porque estava de luto pela esposa, mas na festa ele ia. Tia Teva também não ia ao baile porque há três dias havia morrido uma sobrinha. Mas na festa todos iam, inclusive Santinha. Ele foi-se embora para mandar fazer o traje para a festa. “Nós acabamos de escamar aquele mundão de peixe e fomos bater o café da tia Fulana para ela poder ter tempo de costurar nossas roupas”.

Santinha conta orgulhosa que pôde mostrar para Hortêncio que sabia limpar e escalar peixe, “porque o pai era professor e eu fui criada no Pântano, ele não sabia que eu fui criada nos peixes. Eu sabia fazer tudo”. “No dia da festa de Santa Cruz, dia dois de maio, nós saímos antes do baile, eu estava indo para casa e ele veio do meu lado. Pedi se podia andar do meu lado, eu deixei (falava em um tom de quem não se importa, dando de ombros, mas seus olhos brilhavam). Ele disse que queria casar comigo, que não podia ser agora porque tinha que dar quatro anos da morte da esposa, e que tinha uma filha. Eu quis. Eu só disse para ele que não era da lavoura, meu pai era professor, mas ele disse que me ensinava. Aí eu esperei, eu não tinha pressa. Hortêncio era viúvo e eu peguei a gostar dele na festa de Santa Cruz, no dia 2 de maio (diário:12 setembro, 2003).

Um movimento narrativo sempre condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história. Os relatos cumprem o papel de transformar lugares em espaço ou espaço em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm com os outros. Na descrição de seu casamento, Santinha aponta para novas práticas que o lugar passa a ser palco. Perguntar sobre uma casa desencadeou uma narrativa do casamento de Santinha desde seu contrato até a arrumação da

noiva que foi naquela casa. A narrativa é sobre um evento importante para a pessoa da Santinha e importante para própria re-configuração espacial da casa a que ela referia-se. Com a descrição de seu casamento Santinha indiretamente aponta para novas práticas que o lugar passa a ancorar, se Hortensio não contraísse novas núpcias muito provavelmente ficaria morando na casa de sua mãe e seria ela quem criaria sua filha de seu primeiro casamento, isso faria que tudo fosse diferente, inclusive a distribuição espacial atual.

Um outro informante, em diversas ocasiões me falou de uma casa em ruínas na Caieira da Barra do Sul. Seu Bi, hoje com 75 anos, rememora um tempo antigo de sua infância em que na casa morava um homem muito culto e rico que foi seu professor. Este homem foi padrinho de sua avó e a acolheu quando ela ficou viúva com dois filhos, até que casasse novamente. Seu Bi descreveu a casa segundo um conjunto de fatos que lhe dizem respeito, resgatando sua memória e construindo sua narrativa baseada numa noção espacial, em que a casa em ruínas serve de fundamento. Ao falar da casa narra o amor de seu avô por sua avó, que se conheceram em um baile na Enseada do Brito. “Se gostaram” e ele que era boiadeiro, quis leva-la com ele. Ela não aceitou e só casou porque ele ficou morando com ela na Caieira. “Mas ele não se acostumava com essa vida enraizada que se leva aqui, ficou triste e doente deu paixão³ e morreu. Minha avó ficou com dois filhos pequenos e o padrinho acolheu até que ela arranjasse um novo casamento”.

Por sua vez dona Laudelina ancorou suas experiências no bairro tendo por base a mesma casa em ruínas que seu Bi me falou. Ela a vivenciou em outro tempo e em uma experiência distinta, e inicia sua história a partir da mudança de seu falecido sogro, que vendeu a venda que tinha na Tapera e veio morar na casa deles na Caieira, ao lado da casa que hoje está em ruínas. Umas três décadas depois da época rememorada por Seu Bi, a casa foi vendida porque o casal que morou nela morreu e não tinha filhos. Este casal era composto pela filha do homem que seu Bi lembra ter acolhido sua avó, e o irmão do segundo marido dela. Ele era assim irmão do homem que Bi lembra como seu avô de criação. Dona Laudelina e o marido Pedrinho usavam a casa para promover bailes e depois de algum tempo acertaram a compra dela, que seria paga em mercadorias como bananas, laranjas, farinha, café, açúcar, produzidas pela família e pelos vizinhos. Pedrinho era o dono da única mercearia do lugar e recebia dos moradores do bairro este tipo de mercadorias em troca de outras de que necessitassem. Mas quando faltava muito pouco para terminarem de pagar o Pedrinho faleceu e o proprietário, que era lá

da Zé Mendes⁴, não entregou o terreno porque o negócio havia sido feito de boca (sem documentos). Dona Laudelina não se conformava com o fato e dizia que a casa ficou em ruínas porque ela “rogou uma praga: não vai ser minha não vai ser de ninguém”.

As histórias de cada família são ancoradas em lugares praticados por seus pais e avós, ou por eles mesmos. Estes ancestrais não são buscados muito longe no quadro genealógico, a memória de parentesco avança até três gerações acima de ego, e é fortemente marcada pelos contatos intergeracionais. Se houve pouco (ou não houve) contato entre a pessoa e seu avô, a trajetória dele pouco vai ser referência para sua história. As histórias de cada família do bairro se entrecruzam de diversas formas nestas gerações que entraram em contato em algum momento. Estas relações intergeracionais fundamentais para compor a pertença dos moradores nativos ocorrem principalmente nas casas.

Parentesco e Espaço: CASA

Na segunda experiência de campo que me motivou analisar a casa como importante elemento para se perceber como se estabelecem as relações entre moradores da Caieira, foi uma conversa com Adaci, que me esclareceu a importância da genealogia na divisão espacial. Ao fazer o mapa, uma parte do bairro era-me extremamente difícil de desenhar, porque havia várias casas construídas muito próximas umas das outras, algumas nos fundos, outras próximas da rua, com portas de entrada e as janelas dos quartos nas passagens, e eu as via como um aglomerado meio caótico. Uma certa manhã eu fui ver a bandeira do divino sair de casa em casa, e Adaci sentou comigo na rua em frente a sua casa e me explicou, com o dedo no ar, desenhando imaginariamente os limites das distintas casas. Adaci fez a divisão genealógica do espaço, e separou três conjuntos residenciais, compostos por quatro ou cinco residências distintas, cada uma delas habitada pelo casal (ou viúva) e seus filhos solteiros.

O fato das pessoas com quem conversei no bairro usarem o termo casa para referir-se aos grupos de co-habitação familiar, e destas casas terem um importante papel na definição do sentimento

³ Paixão aqui tem o sentido de saudades de sua terra.

⁴ Laudelina enfatiza que este homem não pertence à Caieira da Barra do Sul, isso de certa forma é acrescentado à falta de honestidade como justificativa para o não cumprimento do contrato. A palavra tem valor, mas é alicerçada pelas relações próximas. O que fia a palavra é a pertença.

de pertença de seus habitantes, me fez buscar instrumentos teóricos para defini-la. Busquei na noção de “sociedade de casas” de Lévi-Strauss, elementos para definir teoricamente a casa na Caieira.

As “sociedades de casa” de que trata Lévi-Strauss são uma tentativa de se estudar parentesco em sistemas cognáticos, em que a base da estrutura do sistema de parentesco está colocada na questão espacial. O conceito de casa para Lévi-Strauss é proposto com o intuito de propor uma análise das sociedades cognáticas (ou indiferenciadas), como a nossa e como aquela que existe na Caieira da Barra do Sul, que a filiação em linha paterna e materna têm importância equivalente. Nas sociedades em que o princípio da filiação é tão importante quanto princípio da aliança matrimonial a sociedade de casas concilia estes dois princípios, que nos modelos clássicos da antropologia social, são excludentes (Lea, 1999).

Para Lévi-Strauss os princípios de matrilinearidade e patrilinearidade são fundamentais para o estudo dos sistemas elementares de parentesco, uma vez que são sistemas definidos pela pertinência às regras de filiação e aliança. No entanto em uma sociedade cognática há a oscilação na aliança entre receptores e doadores de mulheres, o que, para Lévi-Strauss, engendra o que se poderia chamar pseudo-formas: aspectos da estrutura social superficialmente percebidos como patrilinear ou matrilinear. No entanto, “algo de essencial acontece quando grupos de descendência se cindem e seus segmentos se unem com segmentos de outros grupos para dar nascimento a unidades de um novo tipo, resultante destas recombinações” (Lévi-Strauss, 1999:22). Estas unidades dependem das maneiras diferentes pelas quais se unem por permutas ou translocações como de sua capacidade de se reproduzir de forma idêntica. Elas resultam tanto da aliança quanto da filiação, que se tornam mutuamente substituíveis. Esses tipos de unidade que Lévi-Strauss propõe chamar de casas.

Para Lévi-Strauss casa é, em primeiro lugar, (1) uma pessoa moral, (2) detentora de um domínio constituído por bens materiais e imateriais, (3) se perpetua ao transmitir seu nome sua fortuna e seus títulos em linha direta ou fictícia. Considerada legítima com uma única condição: que essa continuidade possa se exprimir na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maior parte das vezes, nas duas. Em uma sociedade de casa a filiação equivale à aliança e aliança à filiação (Lévi-Strauss, 1986 (1984) pg186).

Bestard (1998) em seu livro *Parentesco y Modernidad*, nos traz exemplos de sociedades em que o conceito de casa pode ser aplicado como base para se estudar o parentesco e a organização social. Busca estes exemplos em trabalhos sobre o parentesco tradicional europeu e de sociedades

rurais do mediterrâneo. Para Bestard (1998:180) o símbolo central da solidariedade duradoura é a união residencial, isto é, “a casa entendida como uma associação de pessoas a uma propriedade e um costume. A casa representa uma unidade social primária formada por uma unidade de parentesco, baseada na bilateralidade, e por uma unidade de residência e comensalidade, baseada em um fundo comum”.

Segundo o autor no parentesco tradicional europeu a casa como pessoa moral é um fato, e se insiste na casa como unidade e se põe em relação o princípio de residência e parentesco. O parentesco é bilateral, mas a unidade doméstica está representada por homens que devem proteger suas mulheres. A honra masculina define a identidade do grupo doméstico frente às tendências centrífugas do parentesco. A casa é uma figura central na identificação dos seus membros, e também como uma elaboração ritual da vida em comum. A vida na casa que é o elemento mais significativo na regulamentação formal do matrimônio, e é a união residencial que possibilita a criação de uma nova família.

Na casa rural catalã há uma forte associação entre residência e seus habitantes, bem como associação de pessoas, terras e costumes. A casa tem um nome e dispõe de propriedades, isto para Bestard é ser uma pessoa moral. Nela também o indivíduo obtém sua identidade social como membro de uma casa, e os nomes das casas atuam como categorias sociais que situam seus membros nos conjuntos de relações sociais da comunidade, segundo uma hierarquia entre as casas. Nestas casas rurais catalãs a herança é única e indivisível, e os filhos homens podem ficar morando na casa depois de adultos se trabalharem para ela e mantiverem-se solteiros. As narrativas genealógicas seguem a história das casas, que se mantêm estáveis através das gerações, sendo a representação da união de residência, família, patrimônio agrícola. Ela é o símbolo da união entre família e terra, é uma instituição social que vai além dos indivíduos que a compõem, e se convertem em uma individualidade particular. A casa se configura como um microcosmo com uma estrutura própria de relações internas entre gerações, entre gêneros e entre o grupo de irmãos.

Ainda segundo Bestard, diferente do que ocorre na Catalunã, Galicia e Vasco, a casa em Santa Maria del Monte (Behar, 1986 apud Bestard, 1998) não constitui um símbolo de continuidade no tempo, mas se divide da mesma forma que se divide a terra. Neste caso a unidade residencial é essencialmente um contexto, o da vida familiar. Por não perdurar não cria obrigações demandadas pelo passado, nem constituem o lugar da condensação da continuidade familiar. A casa não é igual a si mesma através das

gerações, porque os fragmentos mudam de forma com a divisão dos bens por herança entre todos os filhos igualmente. E isto a faz não atuar como objeto autônomo que se superpõe às pessoas que residem nele. É o fato de viverem juntos que cria a obrigação de ajuda, uma dívida moral dos filhos para com seus pais, mas os pais tem que residir de maneira estável em uma casa com um dos seus filhos, e não devem forçá-los a circular entre várias casas. Todos os tipos de casa de que trata Bestard estão inseridos no contexto de uma comunidade relativamente pequena, composta pela soma das várias casas que existem nela. Assim, nesta comunidade uma mulher quando viúva pode tornar-se a cabeça da casa mas precisa eleger um homem para representar a casa no conselho comunitário.

Nas casas da Caieira é possível encontrar alguns dos elementos encontrados nos exemplos usados por Bestard, entre eles o fato da casa a que uma pessoa pertence ser um dos importantes elementos que a constituem. A própria afirmação de que alguém é de tal casa (não a casa pertencer a tal pessoa) demonstra uma pertença “invertida” que faz as pessoas pertencerem ao lugar que ancora suas práticas sociais, as pessoas pertencem ao lugar que praticam. E a casa representa uma herança espiritual e material também na Caieira da Barra do Sul, mesmo que ela não tenha grande duração, no sentido de permanecer fisicamente a mesma por várias gerações. A casa na Caieira é fluída e dura o tempo que durar a memória produzida por eventos importantes para as pessoas que conviveram e praticaram uma determinada casa. A memória do parentesco não é buscada muito longe na árvore genealógica avançando apenas duas ou três gerações acima de ego. Por isso é tão importante atualizar a pertença e o convívio cotidiano na casa. A prática do lugar é que vai fazer possível que o tempo cotidiano seja vivido como um tempo da eternidade.

Alguns atributos da casa da Caieira também são associados aos seus membros, por exemplo, em uma certa casa estudada, algumas mulheres, de diferentes gerações, tiveram filhos de outros homens que não o próprio marido enquanto eram casadas. Quando me contavam sobre os filhos de Fulana ou Beltrana, com homens diferentes o faziam em tom de constatação e associavam-nas ao lugar de suas casas. Esta era uma atitude condenável e era associada ao lugar onde elas moravam, parecia que naquele lugar havia recorrência deste tipo de comportamento. Outro caso era o de uma casa que era pobre, e todos os seus membros eram assim considerados. A pobreza atribuída ao lugar de onde vinha a pessoa passava a fazer parte dela como uma característica pessoal que perdura mesmo depois de uma mudança na sua condição. Um homem da casa considerada pobre casou com uma mulher

proprietária de terras no bairro e foi morar na casa da família dela, com isto deixou viver pobremente⁵, mas não deixou de ser considerado pobre. A marca que sua casa de origem lhe impunha permanecia.

As regras de herança determinam que as propriedades dos pais sejam divididas igualmente entre os filhos, e desta forma a casa é dividida a cada geração, tornando-a maleável e fluida. No entanto, apesar desta característica, acredito que ela continua a atuar como objeto autônomo que se superpõe às pessoas que residem nela, principalmente quando faz as pessoas, através dos tempos, manterem-se em forte e constante relação de pertença com o bairro, permanecendo ele como seu local de moradia ou não.

A casa na Caieira é a materialização de uma estrutura que reúne família, parentesco, residência, e lugares praticados por estas famílias e por outros sujeitos, e que é determinante na classificação das pessoas que estão em relação com o Bairro. Os veranistas e moradores “de fora” fazem o contraponto necessário para a concepção de nativo, na medida que não o são, justamente por não identificarem-se com uma das casas do bairro. A classificação das pessoas está profundamente determinada pela concepção de casa e parentesco, uma vez que definem os “daqui” pela pertença a uma casa e os “de fora” justamente pela falta dela.

Bibliografia

BESTARD, Joan. 1998. *Parentesco y Modernidad*. Ed. Paidós, Barcelona.

CERTEAU, De Michel. 1999. *A Invenção do Cotidiano*, artes de fazer. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 4ª edição.

⁵ Ser pobre ou não entre os moradores nativos da Caieira é um limite muito tênue, na medida que não há ricos entre eles. Neste caso em especial é interessante notar que a pobreza era associada com a falta de terras para plantar e sustentar toda a família, em um tempo que o sustento dependia do trabalho na lavoura. Famílias que trabalhavam nas terras alheias pagavam o terço, que era o pagamento de uma terça parte do que era produzido para o proprietário do terreno.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. 2000 *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

LEA, Vanessa. 1999. *Apresentação*. Textos Didáticos nº24. IFCH/UNICAMP, Campinas, SP.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Ed. Vozes, Petrópolis.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986 (1984). *Minhas Palavras*. Ed. Brasiliense, São Paulo, SP.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1999. *História e Etnologia*. Textos didáticos nº24, IFCH/UNICAMP, Campinas, SP.